



Novas estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços

O Banco de Portugal passa a divulgar no Boletim Estatístico (secção A.19 e Capítulo G), a partir da edição de outubro de 2013, novas estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços – com exceção das pertencentes à secção A da CAE– Rev3 (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca)¹.

As novas estatísticas procuram refletir a evolução da situação económica e financeira das empresas não financeiras em Portugal, nomeadamente o financiamento, as rendibilidades e os prazos médios de recebimentos e de pagamentos.

A série é disponibilizada trimestralmente, iniciando-se em 2006 e terminando no segundo trimestre de 2013. Combina diferentes dimensões de análise, nomeadamente, setor de detenção do capital, setor de atividade económica e classe de dimensão.

A divulgação das novas estatísticas é possível porque existe (i) para um período de tempo relativamente extenso, informação relevante sobre o universo das empresas em Portugal, proporcionado, desde 2007, pela excelente cobertura da Informação Empresarial Simplificada (IES) e (ii) mais recentemente, uma metodologia adequada de seleção das empresas no âmbito do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF).

As novas estatísticas das empresas não financeiras são produzidas com base numa nova metodologia: a partir da informação recolhida junto de um conjunto de empresas são inferidos os resultados para o universo das empresas não financeiras em Portugal. Deste modo, os dados anuais incorporam uma parcela estimada para a “não resposta” à IES e os dados trimestrais compreendem uma componente extrapolada, baseada nos dados anuais e nas respostas obtidas no ITENF.

As estatísticas agora divulgadas complementam a informação produzida e divulgada para o setor das sociedades não financeiras a partir de outros sistemas de informação como, por exemplo, nas estatísticas monetárias e financeiras, na balança de pagamentos e posição de investimento internacional e nas contas financeiras. O Capítulo G disponibiliza informação adicional sobre as empresas que constituem o universo de referência do setor das sociedades não financeiras, no contexto, designadamente, dos Capítulos A, B, C, F e K do Boletim Estatístico.

As novas estatísticas têm por base agregados contabilísticos, o que poderá implicar diferenças, de natureza metodológica, face a outros resultados apresentados nos demais capítulos do Boletim Estatístico. Na generalidade dos casos, as diferenças metodológicas prendem-se com o âmbito e a valorização das rubricas.

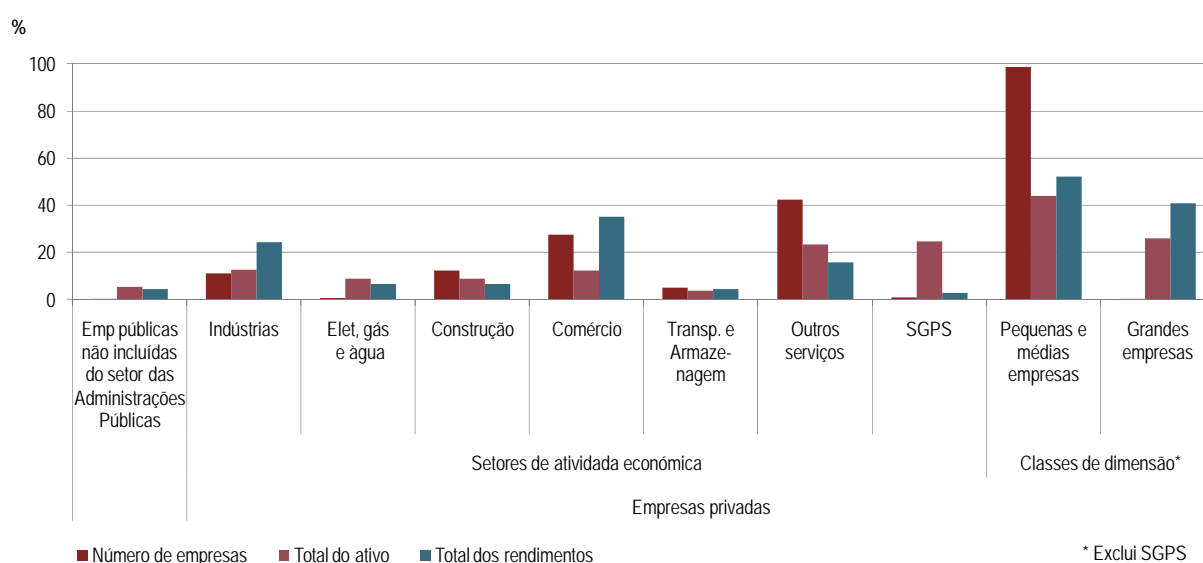
¹ Setor de atividade não abrangido pela fonte de informação trimestral subjacente.

Caracterização das empresas não financeiras em Portugal

De acordo com estimativas da Central de Balanços, existiam, em 2012, cerca de 370 mil empresas não financeiras em Portugal², número que não se alterou significativamente ao longo dos últimos anos (cfr. Gráfico 1). A esmagadora maioria dessas empresas são de pequena ou média dimensão. Em 2012, as empresas privadas representavam 94,5% do total do ativo das empresas não financeiras.

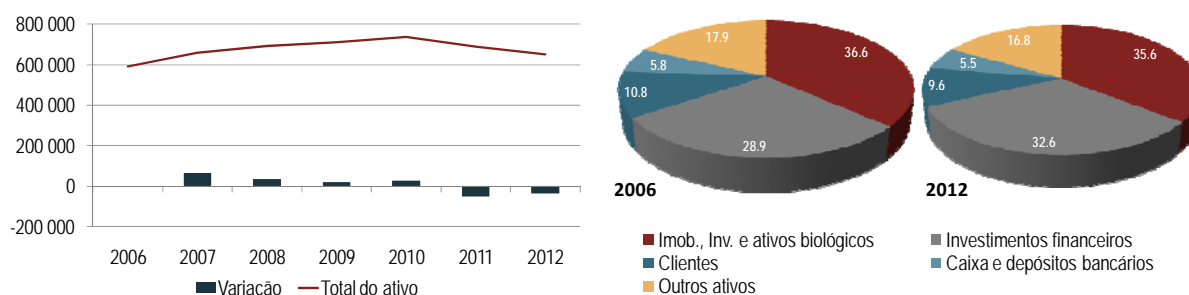
Por setores de atividade económica, “Outros serviços” e “Comércio” compreendem um número elevado de empresas – 157 mil e 102 mil, respetivamente –, constituindo setores igualmente relevantes quer em termos do balanço (ativo) quer da demonstração dos resultados (rendimentos). Os setores “Indústrias” e “Sociedades gestoras de participações sociais” (SGPS) são importantes, respetivamente, em termos de rendimentos e do ativo (cfr. Gráfico 1).

Gráfico 1 – Repartição por setor e dimensão das empresas - 2012



Em 2012, o ativo total das empresas não financeiras atingiu 650 mil milhões de euros, mantendo a trajetória descendente iniciada em 2011 (cfr. Gráfico 2). Por componentes, “Investimentos financeiros” e “Imobilizado, Inventários e Ativos biológicos” foram os mais importantes, representando cada um cerca de um terço daquele valor. Em termos relativos, os “Investimentos financeiros” registaram o maior aumento de 2006 para 2012.

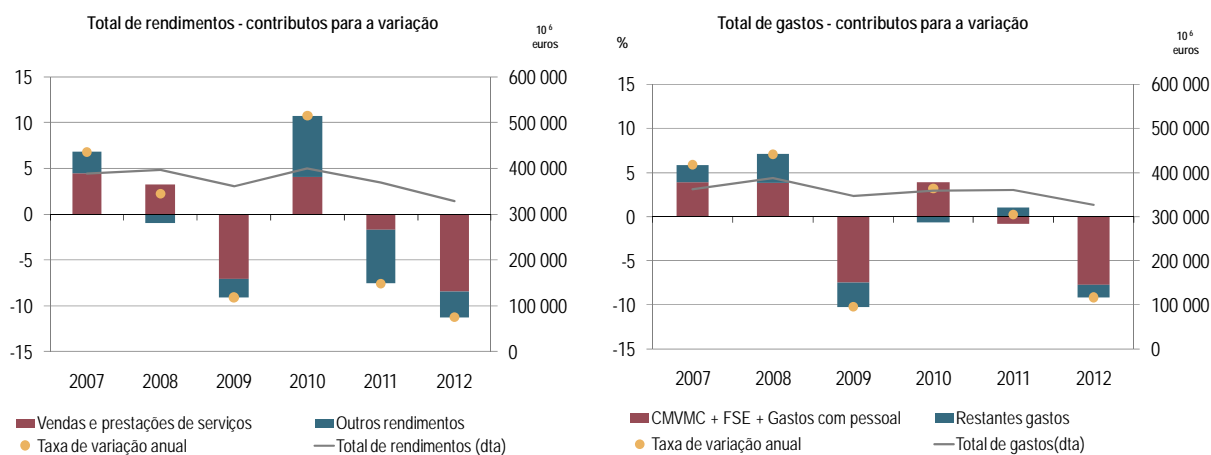
Gráfico 2 – Total do ativo (em milhões de euros) e repartição (em %)



² Não considerando as empresas da secção A da CAE– Rev3: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

Os rendimentos gerados pelas empresas não financeiras têm vindo a diminuir desde 2008 (com exceção de 2010) e, em 2012, atingiram 328 mil milhões de euros (cfr. Gráfico 3). Para essa evolução contribuiu, em especial, a componente proveniente da atividade das empresas (vendas e prestações de serviços), com reflexo também nos gastos.

Gráfico 3 – Demonstração dos resultados



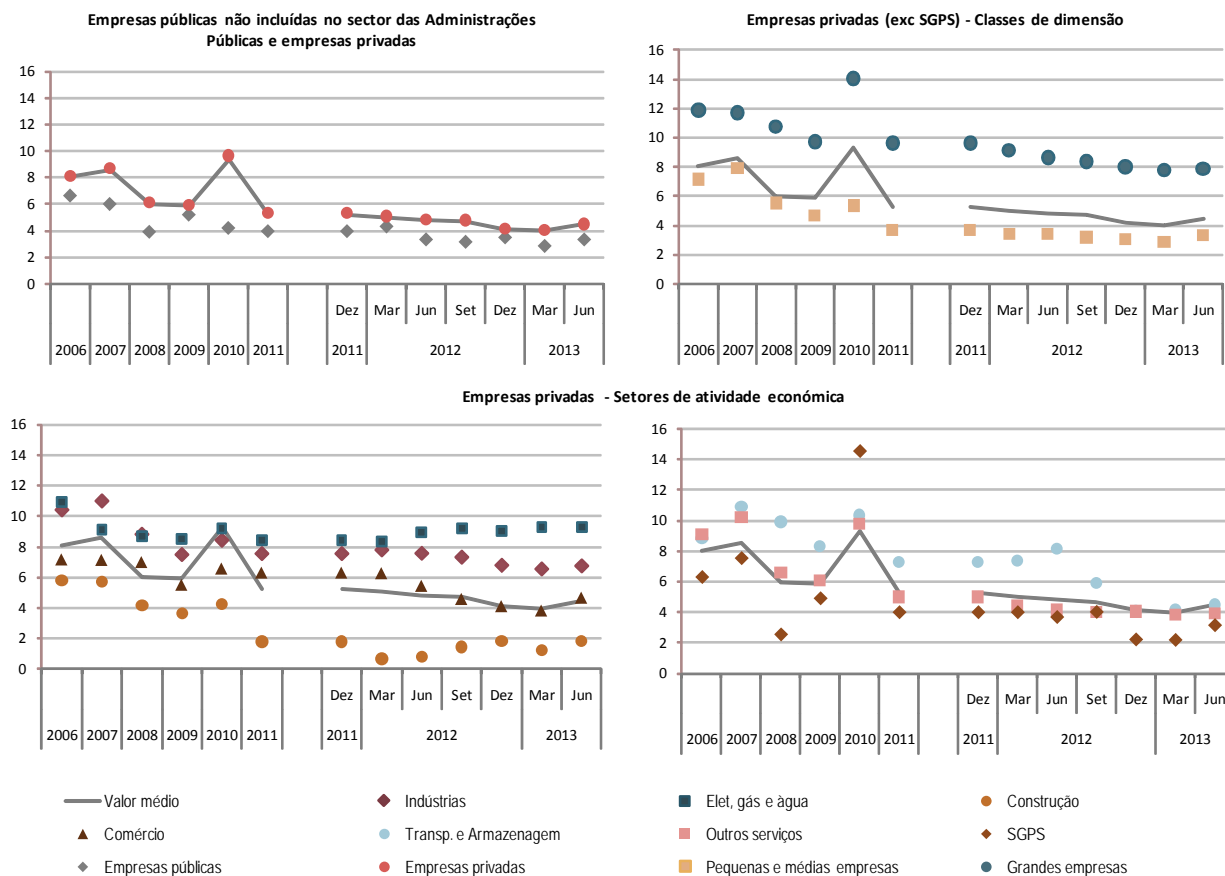
Rendibilidade do ativo

Os indicadores de rendibilidade tendem a refletir, de algum modo, a evolução da atividade das empresas não financeiras. No final de 2012, a rendibilidade do ativo correspondia, em média (cfr. Gráfico 4), a cerca de metade do verificado no final de 2006 (4,1% e 8,1%, respetivamente). No segundo trimestre de 2013, a rendibilidade do ativo recuperou ligeiramente (passou para 4,5%), sendo a melhoria extensível à generalidade dos agregados setoriais e classes de dimensão.

Existem, contudo, diferenças assinaláveis entre os vários grupos de empresas: a rendibilidade do ativo das empresas privadas é sempre superior à rendibilidade do ativo das empresas públicas; ainda assim, devido a uma redução substancial em 2011 e 2012, estes valores aproximaram-se³. Todos os setores de atividade económica contribuem para essa convergência, com exceção da “Eletricidade, gás e água”. Este setor e o das “Indústrias” são os que apresentam rendibilidades mais elevadas. A classe das grandes empresas apresenta sempre rendibilidades superiores à das pequenas e médias empresas.

³ Para efeitos destas estatísticas consideram-se apenas as empresas públicas não incluídas no setor das Administrações Públicas.

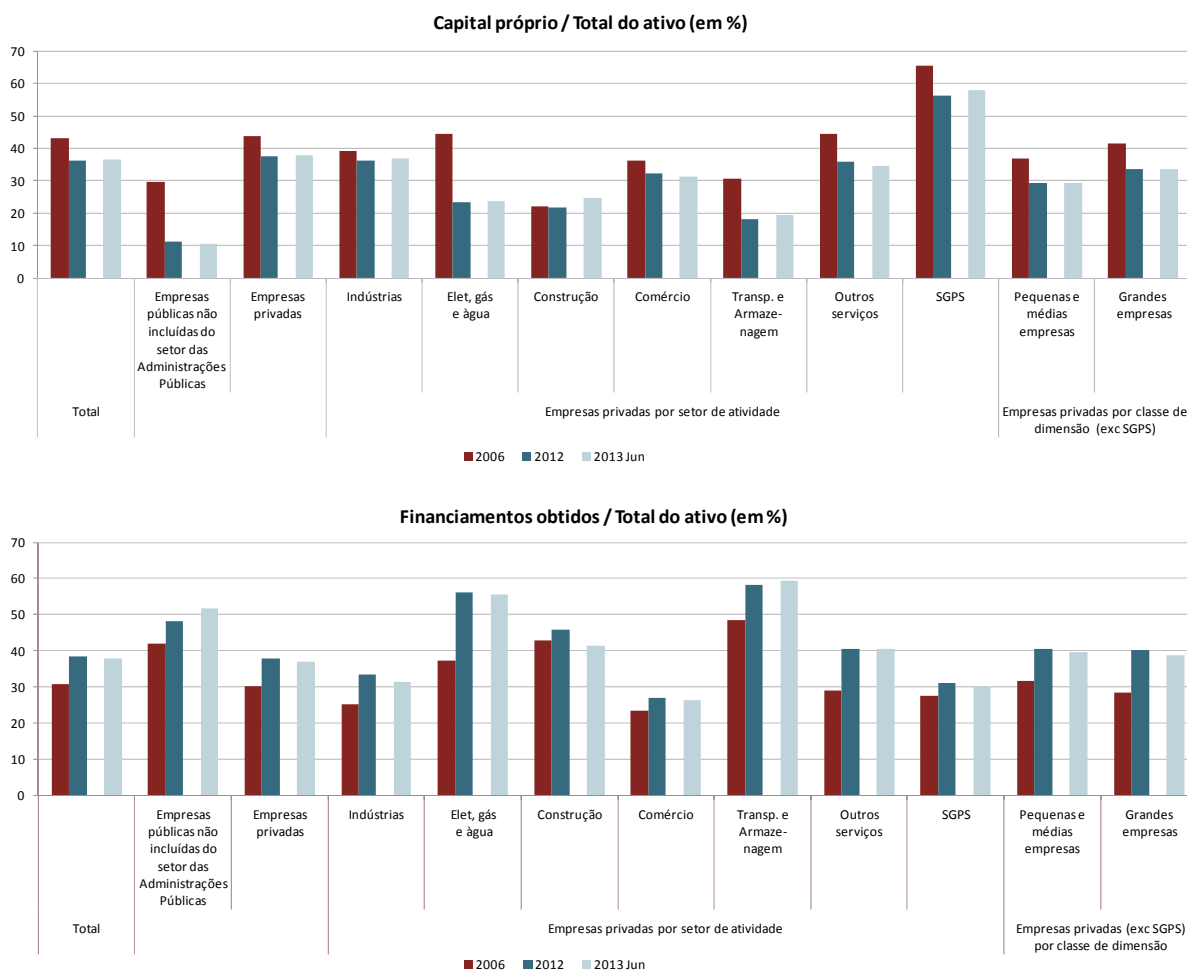
Gráfico 4 – EBITDA / Total do ativo (%)



Estrutura do financiamento

As empresas não financeiras em Portugal têm-se financiado, sobretudo, por recurso a capital próprio e a financiamento com custo (designado por financiamentos obtidos). No final do primeiro semestre de 2013, cada uma destas formas de financiamento representava quase 40% do total do financiamento das empresas (cfr. Gráfico 5). Nos últimos anos, estas formas de financiamento tiveram evoluções contrárias: o peso do capital próprio diminuiu (43,2% do ativo em 2006) e aumentou o peso dos financiamentos obtidos (30,6% do ativo em 2006).

Gráfico 5 – Estrutura do financiamento



O capital próprio (calculado em função do ativo) do conjunto das empresas públicas⁴ é bastante inferior ao das empresas privadas. Em contrapartida, os financiamentos (em proporção do ativo) obtidos pelas empresas públicas são superiores aos das empresas privadas.

Nas empresas privadas, são as “Sociedades gestoras de participações sociais” que apresentam maiores proporções de capital próprio.

Os setores da “Construção”, “Transportes e armazenagem” e “Eletricidade, gás e água” são os que apresentam percentagens mais baixas de capital próprio e, simultaneamente, as mais elevadas de financiamentos obtidos. No caso dos “Transportes e armazenagem” e da “Eletricidade, gás e água”, os financiamentos obtidos excedem, no período mais recente, metade do ativo desses setores.

Em média, o peso do capital próprio diminui tanto nas pequenas e médias empresas como nas grandes empresas, sendo que o peso do capital próprio nas grandes empresas continua a ser superior ao das pequenas e médias empresas.

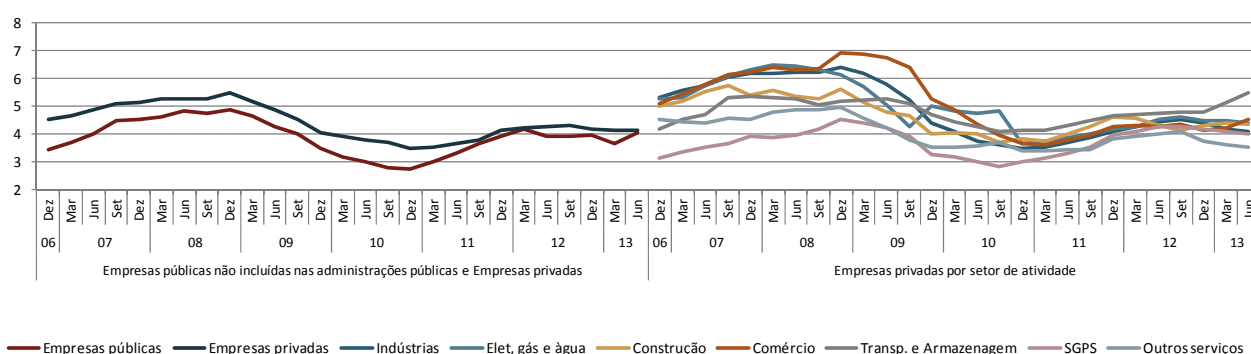
⁴ Para efeitos destas estatísticas consideram-se apenas as empresas públicas não incluídas no setor das Administrações Públicas.

Custo do financiamento e pressão financeira

Entre 2006 e 2012, o custo do financiamento das empresas não financeiras, calculado como o peso dos juros suportados nos financiamentos obtidos, situou-se entre 5,4% (máximo registado em 2008) e 3,4% (mínimo observado em 2010) (cfr. Gráfico 6). Este valor tem vindo a aumentar num período mais recente.

O custo do financiamento convergiu quer entre empresas públicas e privadas quer entre os diversos setores de atividade económica. Mais recentemente, verifica-se que o custo do financiamento é superior nos “Transportes e armazenagem” e inferior no setor dos “Outros serviços”.

Gráfico 6 – Juros suportados / financiamentos obtidos (%)



A pressão financeira sobre as empresas não financeiras em Portugal, deduzida através do rácio EBITDA/juros suportados, é maior em 2012 do que em 2006. O EBITDA cobre 2,9 vezes os juros suportados pelas empresas, resultado substancialmente inferior ao de 2006 (6,1 vezes). Ao longo do período, as empresas públicas⁵ foram as que estiveram sujeitas a maior pressão financeira. De entre as empresas privadas, os setores da “Construção” e dos “Transportes e armazenagem” são os que estiveram sob maior pressão; no primeiro caso, o EBITDA gerado não excedeu os juros suportados.

Prazos médios de pagamentos e de recebimentos

Entre 2006 e 2010, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas não financeiras em Portugal situaram-se no intervalo 60-80 dias; os prazos médios de pagamentos foram ligeiramente superiores aos prazos médios de recebimentos (cfr. Gráfico 7).

As empresas públicas⁴ apresentaram prazos médios de recebimentos inferiores em cerca de 30 dias aos das empresas privadas. Os prazos médios de pagamentos das empresas públicas começaram a aumentar substancialmente relativamente aos das empresas privadas a partir de 2010.

Por setor de atividade económica, existem divergências significativas: a “Construção” apresenta os prazos médios mais elevados (cerca de 160-180 dias); pelo contrário, o setor da “Eletricidade, gás e água” apresenta os prazos médios mais baixos (cerca de 40 dias). Por dimensão, as grandes empresas têm os prazos médios mais baixos (à volta de 60 dias).

⁵ Para efeitos destas estatísticas consideram-se apenas as empresas públicas não incluídas no setor das Administrações Públicas.

Gráfico 7 – Prazos médios

